

Formação Além da Academia

por *Giulia Bolzani e Melina Girardi Fachin*

Ainda vivemos um modelo de ensino jurídico do passado, marcado pelo viés teórico-abstrato, ainda focado no exame do texto normativo, sem muito apreço à articulação prática dos saberes. Esse modelo é, todavia, incompatível com o que se espera de um profissional contemporâneo.

A necessidade de mudança deste paradigma, ainda em face do engessamento dos currículos e metodologias jurídicas no geral, somado à emergência de, por assim dizer, “novas” do direito, tem levado à popularização das competições acadêmicas como uma importante ferramenta de aprendizado.

A novidade não se restringe apenas ao âmbito acadêmico, mas também ao ambiente profissional, em especial, dos escritórios de advocacia. Não é à toa que ao lado de equipes universitárias, vê-se formar grupos de competição ligados exclusivamente à escritórios privados.

A arbitragem, neste aspecto, tem sido pioneira já que as competições mais antigas e consolidadas se dão nesta área, mas outros campos, sobretudo do direito internacional, vêm se abrindo e consolidando no terreno das competições simuladas. A área do direito internacional público, em especial dos direitos humanos, tem se aberto para o mesmo movimento.

Compreendendo essa necessidade de transição paradigmática, sobretudo em áreas-chaves, o escritório Fachin Advogados desde há muito incentiva e participa desses programas; seja de modo indireto, sendo apoiador e financiador de diversas equipes acadêmicas nas mais variadas áreas; seja de modo direto, tendo dois sêniores partners como coaches de equipes competidoras.

Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk coordena há anos os alunos do grupo de arbitragem da PUC/PR nas competições no âmbito nacional e internacional. Mais uma vez, neste ano, seguirá com os seus orientandos, em consórcio com a Prof^a Helena Gomes Coelho, para o Annual Willem C. Vis International Commercial Arbitration Moot, em Viena. O caso deste ano versa sobre questões de concorrência e confidencialidade no mercado internacional de vinhos (<https://vismoot.pace.edu/media/site/23rd-vis-moot/the-problem/Problem.pdf>).

Já a sócia Melina Girardi Fachin, desde o ano passado, vem coordenando grupo acadêmico, na UFPR, com enfoque na sistemática dos mecanismos internacionais de proteção aos direitos humanos.

No cenário nacional, ainda que timidamente, os concursos de direitos humanos se consolidam. A exemplo da segunda edição do Concurso Nacional Sistemas Internacionais de Direitos Humanos 2015, promovido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O objetivo do concurso é auxiliar a consolidar a cultura da litigância dos direitos humanos no Brasil e estimular o diálogo interno-internacional. Busca-se, assim, “a consolidação da cultura de direitos humanos no Brasil pela disseminação de conhecimentos sobre os Sistemas Internacionais de Direitos Humanos e sobre o Direito Internacional dos Direitos Humanos” para qualificar a atuação do Estado brasileiro nessa seara.

Já no cenário internacional, competições de direitos humanos encontram-se consolidadas, como a Inter-american Human Rights Moot Court Competition promovida pela Washington College of Law, que há 20 anos promove a simulação de julgamentos da Corte Interamericana de Direitos Humanos a partir de casos hipotéticos. Os temas esco-lhidos a cada ano como justiça de transição, liberdade de expressão e de imprensa, tortura, direito à vida e direitos LGBTI não só promovem discussões e aprofundamento sobre os direitos em questão, mas também capacitam os competidores como futuros profissionais e defensores de direitos humanos. Em 2016, o tema da competição é desafiador, explorando novos horizontes ainda não consolidados no direito internacional ao versar sobre a responsabilidade de empresas e violações de direitos humanos.

A experiência das competições desponta com importância para estes campos que ainda não se encontram muitos vezes consolidados nos currículos acadêmicos das universidades e que a prática dos núcleos jurídicos ainda não consegue abranger, seja pelo seu âmbito de atuação, seja pelo seu público-alvo.

Os ganhos com as competições são multiplicados. Ganham os alunos, enriquecendo sua formação; ganham essas “novas” searas que se consolidam no espaço acadêmico; e ganha o mercado jurídico

com profissionais mais preparados.

Do ponto de vista teórico-acadêmico esses concursos vão no sentido de privilegiar a amplitude que o direito ganha no cenário pátrio e internacional. Com isso, abrem-se novos espaços quantitativos, qualitativos e subjetivos nesta nova arquitetura que orbita em torno da maior democratização dos espaços jurídicos que se articulam em torno desses temas.

Do ponto de vista acadêmico-prático, os ganhos são igualmente grandes. Para os estudantes, a possibilidade de articular o aprendizado em outros espaços que não o da educação formal foi extremamente proveitoso. De igual maneira, a participação ativa dos discentes nas discussões envolvendo os temas do concurso, travadas sob os mais diferentes formatos, traz novas percepções no enfrentamento de pautas instigantes, obrigando-os a assumir posicionamentos e responsabilidade profissionais incomuns para esta etapa da formação.

Por fim, para os escritórios que trabalham com essas áreas, como o bureau Fachin Advogados, apostar na consolidação destas experiências e em acadêmicos que tenham delas sorvido é um grande diferencial.